

TERRA E TERRITÓRIO: REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA DA TEIA DOS POVOS DO BRASIL

Earth and territory: Repertoires of collective action by Teia dos Povos in Brazil

Jeniffer Hübner¹

José Marcos Froehlich²

Resumo

No começo do século XXI as mobilizações coletivas ganharam escala global e passaram a reivindicar pautas identitárias, suscitando uma mudança analítico-interpretativa nas teorias dos movimentos sociais, que até então entendiam os objetivos dos movimentos sociais como centrados na busca por mudanças materiais. Nesse âmbito, a perspectiva sociológica de Charles Tilly ampliou a compreensão do conceito de repertório de ação coletiva como conjunto de formas de ação política disponíveis em dado contexto histórico, que é acionado para mobilizar reivindicações coletivas e que pode ser modificado pelos sujeitos através de suas experiências singulares. Nesse sentido, buscamos compreender quais os principais repertórios de ação coletiva do movimento social brasileiro Teia dos Povos, utilizando a abordagem qualitativa e etnográfica de pesquisa, com base na análise do livro *Por Terra e Território: os caminhos da revolução dos povos no Brasil*, e de uma entrevista com um dos principais mobilizadores do movimento e autor do livro, Joelson Ferreira. Dessa forma, visando contribuir com a investigação de mudanças significativas no funcionamento dos movimentos sociais e das condições políticas cambiantes que influenciam as atualizações dos repertórios de ação coletiva, elencamos a *terra* e o *território* como os principais repertórios da Teia dos Povos, que promovem o vínculo e o cuidado com a terra através da agroecologia, da ancestralidade e da espiritualidade.

Palavras-chave: Teia dos Povos; Repertórios de Ação Coletiva; Movimentos Sociais; Território; Agroecologia.

Abstract

In the early 21st century, collective mobilizations gained global scale and began to claim identity-based rights, prompting an analytical-interpretative shift in social movement theories, which had previously understood social movements as primarily focused on pursuing material changes. In this context, Charles Tilly's sociological perspective expanded the understanding of the concept of the repertoire of collective action as a set of political action forms available in a given historical context, which is activated to mobilize collective claims and can be modified by individuals through their unique experiences. In this regard, we aim to identify the main repertoires of collective action within the Brazilian social movement Teia dos Povos, employing a qualitative and ethnographic research approach. Our analysis is based on the book *Por Terra e Território: os caminhos da revolução dos povos no Brasil* and on an interview with Joelson

¹Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0468-2737>. E-mail: hubnerjeniffer@gmail.com.

² Professor Titular, com atuação no PPG em Extensão Rural e no PPG em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6968-8497>. E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com.

Ferreira, one of the movement's key organizers and the book's author. By contributing to the investigation of significant changes in the functioning of social movements and the shifting political conditions that influence the evolution of collective action repertoires, we highlight Land and Territory as the primary repertoires of Teia dos Povos. These repertoires foster a connection with and care for the land through agroecology, ancestry, and spirituality.

Keywords: Teia dos Povos; Repertoires of Collective Action; Social Movements; Territory; Agroecology.

Introdução

As teorias dos movimentos sociais (MS) que emergiram nos anos 1960 visavam compreender as mobilizações coletivas que reivindicavam mudanças sociais pacificamente, organizadas por grupos pouco interessados em exercer o poder estatal.³ Nos modelos clássicos, funcionalista e marxista, entendia-se os MS como instrumentos para alcançar o poder do Estado, objetivando mudanças na estrutura socioeconômica, via reformas ou revoluções. Várias lutas populares que ocorreram a partir dos anos 1960 tinham objetivos que não se referiam somente a reivindicações voltadas à dimensão material e à redistribuição de bens. Muitos eram movimentos de resistência majoritariamente não violentos que permaneceram fora das instituições, organizados por sujeitos inéditos que diversificaram as pautas dos MS para além da noção de classe, ampliando uma luta geral por direitos civis.

No começo do século XXI as mobilizações coletivas ganharam escala global, com um caráter de confronto, movidas pelas lutas por reconhecimento concentradas em pautas identitárias. A mudança nesse cenário suscitou uma revisão analítico-interpretativa dessas teorias. Tilly propôs uma teoria do confronto político buscando entender as formas de mobilização e contramobilização, reformulando o conceito de repertório como um conjunto de *performances*. Essa noção evidencia a capacidade de agência dos sujeitos, pois, ao escolher as *performances* dos repertórios em suas experiências e realizar a interpretação dos roteiros ou *scripts* à sua maneira e conforme as circunstâncias, os sujeitos modificam e atribuem sentidos próprios a eles. Dessa forma, as experiências singulares dos sujeitos, os sentidos e os usos que acionam através de suas *performances* transformam os repertórios.

³ Exemplo é a narrativa “faça amor, não faça guerra”, difundida nas manifestações contra o envolvimento dos EUA na guerra vietnamita.

Assim, os repertórios de ação coletiva, presentes em diferentes formas de manifestação e de expressar reivindicações, tornaram-se relacionais e capazes de delinear o campo da cultura como um campo de conflito. Nesse sentido, atualiza-se a noção de confronto político e amplia-se a compreensão das disputas pelo poder, das táticas e estratégias de ação coletiva, de modo que existe uma disputa pela produção dos sentidos e de significados atrelada às práticas, pois é a identidade que os atores definem por contraste e confronto com outros grupos.

Para Tilly, os movimentos sociais são formas de expressão de reivindicações e ação coletiva relativamente recentes; são organizações compostas por diferentes sujeitos que se propõem à ação popular fora das vias institucionais, contra as desigualdades e opressões sociais. O conceito de repertório de ação coletiva é apresentado para explicar o conjunto de formas de ação política disponíveis, em dado contexto histórico, para efetuar reivindicações coletivas. O autor vincula as modificações nos repertórios aos processos de mudança social de longo prazo e em macroescala, pois esses processos alteram o contexto da contestação popular e o próprio conteúdo dos mesmos. Assim, os repertórios se formulam como um conhecimento social sedimentado que emerge da luta e que produz sentidos em contextos de confrontos políticos. Em suma, os repertórios são as interações políticas típicas e recorrentes de uma época adaptadas pelos atores sociais conforme suas circunstâncias e que sobrevivem mediante usos e adaptações.

Nesse sentido, questionamos: quais são os repertórios de ação coletiva e os principais elementos que caracterizam o movimento social brasileiro Teia dos Povos? Este estudo exploratório busca aplicar a teoria de Tilly para identificar as especificidades da Teia dos Povos, apontando pistas e caminhos para a investigação de mudanças significativas no funcionamento dos movimentos sociais e das condições políticas cambiantes que influenciam a atualização de seus repertórios de ação coletiva. A Teia dos Povos surgiu no contexto das Jornadas de Agroecologia da Bahia,⁴ realizadas entre os dias 26 de novembro e 1º dezembro de 2012, no assentamento de reforma agrária

⁴ As quatro primeiras edições ocorreram no Assentamento do MST Terra Vista, em Arataca (BA), e posteriormente, o evento passou a ocorrer em outros territórios, como o Quilombo Conceição em Salinas de Margarida, e terras do povo Payayá, na Chapada Diamantina.

Terra Vista, em Arataca (BA). O impulso inicial da criação da Teia foi a difusão de técnicas agroecológicas entre comunidades da região cacaueira da Bahia, expandindo-se posteriormente para ações de resistência e solidariedade, e se consolidando como espaço de articulação política e troca de saberes entre territórios, organizações políticas e pessoas desterritorializadas. A rede articula uma diversidade de grupos e movimentos sociais, incluindo indígenas (Tupinambá, Pataxó Hā-hā-hāe), quilombolas, camponeses ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e Movimento de Luta pela Terra (MLT), pescadores, povos de terreiro, estudantes, professores, ativistas urbanos da economia solidária e comunicação popular (Pimentel, 2023).

Nas últimas décadas, a Teia dos Povos consolidou-se como um movimento social autonomista, configurando-se como um espaço de autonomia coletiva que interliga diferentes lutas por terra, território e soberania alimentar. Seus princípios fundamentais estão ancorados na terra e no território, promovendo uma reestruturação do poder dentro de sua organização por meio dos chamados núcleos de base, elos e divisões. Com base em uma relação de respeito e cuidado com a terra, a Teia busca construir caminhos para a soberania e a autonomia, tecendo redes entre diferentes sujeitos e territórios. Assim, reivindica a ocupação da terra com formas de uso e geração de renda que respeitem os ciclos naturais, resgatando práticas ancestrais e fortalecendo conexões espirituais. Dessa maneira, o movimento viabiliza o enfrentamento aos latifúndios, ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, atuando na redução dos impactos das diversas formas de opressão estrutural, pautando-se sobretudo na transformação dos modos de existência. Este estudo, portanto, não busca abranger a totalidade e a complexidade da Teia dos Povos, mas sim traçar pistas sobre seus repertórios de ação coletiva, enfocando suas interações políticas típicas e recorrentes, bem como a atribuição própria de sentidos, usos e adaptações.

Repertórios de Ação Coletiva

Entre 1930 e 1960 verificou-se que a lógica individualista da sociedade moderna gerou certa desmobilização política a tal ponto que a mobilização

coletiva se expressava apenas como irracionalidade, fruto de frustrações individuais. A explicação dessa teoria se amparava em emoções coletivas geradas pelo avanço dos regimes totalitários. Entretanto, nos anos 1960 ressurgiram as mobilizações na Europa e nos Estados Unidos, contradizendo a tese da desmobilização política. Nesse momento, diversificaram-se as pautas dos movimentos sociais para além da classe, ampliando uma luta geral por direitos civis, discussões sobre raça, etnia, gênero e estilo de vida se tornam os principais temas de movimentos como feminismo, ambientalismo e pacifismo. As lutas populares que ocorreram a partir dos anos 1960 produziram novos sujeitos e novos movimentos, rompendo com os grandes sistemas teóricos marxista e funcionalista e com a ideia de um sujeito universal. Assim, as teorias dos movimentos sociais surgiram para interpretar o contexto do Ocidente dos anos 1960 e compreender as mobilizações coletivas que reivindicavam mudanças sociais de forma pacífica, caracterizadas por incluir novas demandas em suas agendas, ampliando uma luta geral por direitos civis (Alonso, 2009).

Nos anos 1970 apareceram teorias que analisavam o processo político de construção das ações coletivas, como a *teoria de mobilização de recursos*, sob uma perspectiva burocrática, organizativa e hierárquica. Assim, buscavam compreender qual o conjunto de condições para a mobilização e quais fatores encorajam as pessoas a participar de confrontos políticos. Essa teoria apontou o benefício como condição necessária para a participação na ação coletiva – portanto, uma relação de custo-benefício (Olson, 1999). Nesse sentido, a ação coletiva possuía uma suposta racionalidade instrumental e o confronto político acontecia sob condições de competição com outros grupos para obter recursos (McCarthy; Zald, 1977). Em contrapartida, surgiram a *teoria dos novos movimentos sociais* e a *teoria do processo político*, com um enquadramento macro-histórico em que a cultura ganhou espaço analítico, por meio do estudo da mobilização política e dos conceitos de repertório de ação coletiva e de confronto político.

Na perspectiva da sociologia histórica de Tilly, filiado à teoria do processo político, o desenvolvimento do capitalismo deslocou os focos das ações coletivas, surgindo novas formas de contestação voltadas contra as

autoridades políticas, mas que passaram a necessitar de organizações mais amplas e complexas, dirigidas ao âmbito internacional. Por isso, a ação coletiva passou a depender mais do engajamento dos organizadores e dos esforços de ativistas e políticos. O conceito de repertório de ação coletiva é apresentado para explicar as formas políticas de agir, contrapondo-se às perspectivas economicistas, deterministas e psicossociais. Como um amante da música, Tilly (1996, p.19) emprestou a ideia de repertório para se referir ao conjunto de formas de ação política disponíveis em dado contexto histórico, como uma caixa de ferramentas cultural a que as pessoas recorrem para suas reivindicações coletivas. Sobretudo, esse conceito evidencia que a cultura molda possibilidades de ação no curso dos conflitos políticos. Vincula-se as mudanças nos repertórios aos processos a longo prazo de mudança social, pois esses processos alteram de modo fundamental o contexto da contestação popular e portanto, o conteúdo dos repertórios de ação coletiva.⁵ Isso significa relacionar fenômenos sociológicos específicos com processos concretos de mudança social em macroescala.

Os repertórios de ação coletiva são um conjunto de formas políticas de agir ou padrões de ação coletiva compartilhados e estão presentes em diferentes formas de manifestação como marchas, assembleias, ocupações territoriais, greves, petições, organização de grupos de pressão e outras várias possibilidades de expressar reivindicações (Tilly, 1978, p. 151-152). Dessa forma, os repertórios se referem às práticas políticas, aos símbolos e, de um modo geral, aos instrumentos para realização de interesses. A gama das formas possíveis de ação coletiva num dado tempo e lugar é limitada, “porque demarca conjunto finito de maneiras historicamente inventadas de ação política, mas amplo, porque abarca várias culturas na mesma época” (Alonso, 2012, p.23-24). Ao analisar o conceito de repertório de Tilly, Alonso expõe que uma das brechas desta noção é que não fica evidente se o repertório é comum a uma época inteira, se é partilhado por todos, ou é relativo apenas a determinados grupos sociais.

⁵ Para o autor, esse é um processo de mudança dos repertórios que ocorre por “rotinização” (Tilly, 1978, ver páginas 161 e 159).

Os repertórios se formulam como um conhecimento social sedimentado que emerge da luta e que produz sentidos em confrontos políticos. A unidade dos repertórios está nas rotinas compartilhadas e culturalmente aprendidas, refere-se às relações sociais, formas de pensar, aos valores, crenças, significados, memórias, tradição, hábitos, acordos e entendimentos compartilhados. Em suma, os repertórios são as interações políticas típicas e recorrentes de uma época, adaptadas pelos atores sociais conforme suas circunstâncias e que sobrevivem através de adaptações e usos. Por isso, somente as formas de ação e as estratégias de interação contestatória contra os detentores de poder que emergiram e se estabeleceram de modo bem-sucedido permaneceram nos repertórios (Alonso, 2012).

A partir do século XIX, os repertórios de ação coletiva vincularam-se às formas de resistência aos processos de centralização estatal, depois de consolidados o Estado nacional centralizado na Europa e a sociedade moderna industrializada. Para Tilly (1995) os repertórios mudam em conformidade às mudanças do Estado que exigem novas formas de política, por isso, as mudanças estruturais estão conectadas às mudanças culturais. Nesse contexto, os repertórios reverberaram nacionalmente com assuntos transversais ao local, os direitos das minorias e reformas parlamentares se tornaram pauta das novas formas de organização política caracterizadas por utilizarem menos violência. Os repertórios se modularam através das formas de organização que eram bem-sucedidas aos variados atores sociais, construindo maneiras legítimas de expressar reivindicações, como os partidos políticos, as manifestações públicas, passeatas, comícios, associações e sindicatos (Tilly, 1995, p. 34).

Dessa forma, notamos que no cerne da discussão das teorias dos movimentos sociais estão as variadas formas de abordar a relação entre a estrutura e agência. Na sociologia de Tilly, a forma como essa relação foi compreendida se modificou ao longo do tempo e podemos identificar isso através do desenvolvimento do conceito de repertório. Nos anos 1990, a retomada do tema da mudança e da inovação evidenciou que as práticas de ação política e as rotinas convencionais da cultura, que formulam o que é o repertório, sobrevivem através das atualizações que os atores fazem delas,

sublinhando a relação da estrutura e da agência e as formas como ocorre a difusão de repertórios. Assim, entende-se que a inovação nos repertórios está limitada por aquele que está em vigência, pois não há um rompimento com ele, mas variações que sobrevivem ao teste da experiência através dos atores sociais: “cada uso é peculiar – sempre reconhecemos uma passeata, sem que ela seja exatamente igual a nenhuma outra –, variações se inventam no curto prazo.” Portanto, há uma diversidade de repertórios que recebem usos particulares, no processo de sua mudança a longo prazo “sobrevivem e se difundem inovações bem-sucedidas, ‘emprestadas’ por outros atores em novas circunstâncias” (Alonso, 2012, p.26).

Nos anos 2000, Tilly propôs uma teoria do confronto político, buscando entender as formas de mobilização e contramobilização a partir de uma perspectiva estrutural, histórica e de escala planetária (Tilly, 2006, p. 47-48). O autor refina os conceitos que vinha trabalhando durante toda sua vida e, na retomada do conceito de repertório, inclui a ideia de *performance*. Alonso (2012, p.28) propõe que “nos primeiros textos, o alvo de Tilly era detectar invariâncias de formas de ação em diferentes localidades e circunstâncias; nos últimos, é o uso do repertório em conflitos políticos, como os agentes o manejam em suas *performances*”. Nesse contexto, Goffman impõe influência na compreensão dos repertórios de confronto, definidos como conjuntos variáveis de *performances* (Tilly, 2005, p. 216).

Ao longo de suas obras, Tilly amplia a noção de repertório, que se torna um conceito relacional, que analisa as interações entre os atores sociais e que é capaz de delinear o campo da cultura como um campo de conflito. A ambiguidade em relação a se o repertório é peculiar a um determinado grupo se dissolve ao compreender-se que ele é sempre compartilhado, porque implica uma certa estrutura de conflito. Não é o ator singular, individual ou coletivo que possui um repertório, cada aspecto dos repertórios está implicado em uma interação entre duas ou mais partes e a um conjunto de atores em conflito, não necessariamente violento (Tilly, 1995, p. 30). Dessa forma, atualiza-se a noção de confronto político e amplia-se a compreensão das disputas pelo poder e das táticas e estratégias de ação coletiva não violentas, pois é a identidade que os atores definem por contraste e confronto com outros grupos.

Nesse contexto, evidenciou-se uma arena de polarizações políticas na qual coexistem diferentes repertórios. Por exemplo, o repertório “rígido” adotado por autoridades e instituições detentoras de poder, que se utilizam de estratégias bem-sucedidas ao longo do tempo, e o repertório “flexível”, utilizado por grupos não institucionalizados e desafiantes do poder que se interessam pela inovação vantajosa (Tilly, 1978, p. 155-156; 2006, p. 44-45).

Deduzimos que há uma complexificação do conceito de repertório a partir da ideia de que um conjunto de *performances* o compõem e que os repertórios são aprendidos e modificados durante *performances* de confronto. Para Tilly, as *performances* possuem duas faces, uma modular, porque se pode reconhecer uma mesma *performance* em diferentes lugares; e outra singular, porque possui um certo uso agregado a símbolos específicos, em que os atores sociais utilizam a criatividade e o improviso, como é o caso da manifestação de rua. Para o autor, os sentidos estão articulados às práticas, por isso a análise de *performances* permite compreendê-los – ao passo que as práticas se modificam, os sentidos também se alteram. A criatividade e as escolhas adjacentes às mudanças nos repertórios encontram limites na tradição e cultura local; assim, as ações coletivas se adaptam conforme às circunstâncias: “Se olharmos de perto uma reivindicação coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [*scripts*] compartilhados” (Tilly, 2006, p. 35). Contudo, ocorrem interpretações singulares desse roteiro, que singularizam as *performances* e as adequam conforme suas necessidades e reivindicações. Portanto, os repertórios estão em contínua inovação e modulação, pois a criatividade dos atores sociais modifica as *performances* que neles estão previstas, bem como os objetivos variam conforme as oportunidades políticas.

Dessa forma, os atores sociais escolhem, no interior dos repertórios, quais *performances* irão encenar e de que maneira, a partir de suas próprias interpretações de acordo com as contingências. Essa perspectiva evidencia a capacidade de agência e de adaptação dos atores conforme seus contextos, selecionando e modificando as *performances* dos repertórios para garantir o engajamento na luta política, nos conflitos, de forma bem-sucedida. Cabe compreender quais são os modos de inovação e adaptação dos repertórios

mobilizados pelos MS atualmente. O uso do conceito de repertório que propomos suscita que as experiências singulares dos sujeitos, os sentidos e os usos que acionam através de suas *performances* transformam os repertórios. Portanto, esse estudo exploratório busca captar mudanças nos repertórios de ação coletiva à luz da pesquisa empírica (Tilly, 2005, 2006; Alonso, 2009, 2012).

Metodologia

Nossa observação participante transcorreu durante a “1º Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos em Luta no RS: na luta pela vida contra a fome e o ecocídio”, nos dias 19 e 20 de março de 2022, realizada na aldeia Guarani Tekoa Guaviraty Porã, onde vivem 125 pessoas, localizada nas proximidades do Distrito Industrial de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Durante o evento, elaboramos um diário de campo e realizamos uma entrevista semiestruturada com Joelson Ferreira de Oliveira, um dos principais mobilizadores da Teia dos Povos e autor do livro *Por Terra e Território: os caminhos da revolução dos povos no Brasil*, do qual fizemos uma análise de conteúdo.⁶ O evento foi organizado em conjunto pelo Grupo Guandu de Agroecologia do Assentamento Carlos Marighella, a Aldeia Guarani e a Teia dos Povos. Estavam presentes aproximadamente 150 pessoas de diferentes territórios, movimentos sociais e coletivos, pessoas desterritorializadas e territorializadas. Dentre estes, representantes do Quilombo Coxilha Negra de São Lourenço/RS, indígenas da Etnia Guarani, representantes dos territórios Mbya Guarani tekua Ka’aguy Porã (Mata Sagrada) e tekua Guyra Nhendu (Som dos Pássaros) de Maquiné/RS, Território Junana de Maquiné, Coletivo Catarse, Deriva Jornalismo, Vila Resistência, Coletivo Ecoar, Coletivo Nuvem Nômade; e entre outros, trabalhadores da terra, estudantes e professores.

Durante a observação participante, notamos que o funcionamento da Jornada era administrado por quatro grupos de trabalho autogestionários: alimentação, limpeza, ciranda e comunicação. Cada grupo contava com uma figura de referência que mediava e coordenava a atividade; no entanto, as decisões eram tomadas em diálogo aberto com quem participava. No início da

⁶ <https://teiadospovos.org/muito-alem-de-um-livro-por-terra-e-territorio-os-caminhos-da-revolucao-dos-povos-no-brasil/>.

manhã do primeiro dia, entramos na sala onde estava o grupo de trabalho da comunicação, com cerca de 20 pessoas sentadas em círculo, em sua maioria no chão, discutindo sobre como seria feita a comunicação do evento. Em seguida, fomos até a cozinha da Escola Guarani, onde estava o grupo da alimentação e observamos que cada refeição era feita por cerca de 15 pessoas com diferentes funções, em geral, havia figuras de referência específicas que decidiam a forma de preparo dos ingredientes selecionados (feijão guandu, arroz, couve e frango). O jantar daquele dia foi responsabilidade da comunidade Coxilha Negra, que preparou pratos tradicionais quilombolas. O grupo de trabalho da limpeza limpou os espaços dos banheiros e a cozinha no decorrer do evento. A ciranda era destinada a promover um espaço de atividades específicas para as crianças e uma oficina de percussão. Além disso, a Liga Acadêmica de Saúde Coletiva da Universidade Franciscana de Santa Maria (UFN) montou um espaço de promoção da saúde, informação e atendimentos.

Assim, inicialmente, cada grupo de trabalho se reuniu para organização interna e, em seguida, ocorreu a abertura do evento, que contou com a *performance* da curandeira Pataxó Pajé Rita, uma fala de abertura de Joelson Ferreira e a apresentação dos territórios que formam a Teia dos Povos em Luta no RS. Anotamos no diário de campo uma síntese das falas dos representantes de cada território. Os representantes indígenas falaram sobre a importância da espiritualidade, dos direitos indígenas e do bem viver, relataram as adversidades cotidianas que enfrentam, salientando que o futuro são as crianças, para preservar a cultura, a natureza e a sua liberdade. Uma representante do Território Junana se apresentou, falando sobre a importância da coletivização e da organização de elos e territórios. Os representantes quilombolas indicaram a responsabilidade coletiva pela desconstrução do que está posto e que o povo preto é fruto da resistência quilombola. Uma representante da ocupação Vila Resistência de Luta por Moradia, que completou cinco anos em 2022, também se apresentou, somando-se aos territórios que compõem a Teia dos Povos do RS. Na parte da tarde, reuniram-se quatro grupos de debate com um mediador: povos da floresta, povos do campo, povos da cidade e mulheres & diversidade. Durante

o evento também foi realizado um preparo artesanal e coletivo da erva-mate, a Carijada, um ritual indígena caracterizado por cantos, danças e celebrações, como pode ser visto na fotografia 1 abaixo:



Fotografia: Alass Derivas, 2022.

No primeiro dia da Jornada, observamos as formas de organização e fizemos anotações sobre a dinâmica do evento. Posteriormente, avaliamos como poderíamos aproveitar as possibilidades em campo no último dia do evento. Como havia um número expressivo de pessoas e limitações em conversar com uma parcela significativa dos presentes, optamos por entrevistar um dos principais mobilizadores da Teia dos Povos, Joelson Ferreira, chamado de Mestre Joelson, evidenciando a autoridade atribuída a ele.⁷ Na manhã do dia 20 de março solicitamos entrevistá-lo, após termos apontados alguns tópicos e perguntas de interesse na noite anterior, que foram reformulados de acordo com o fluxo do diálogo, buscando direcionar para os temas que o entrevistado teve interesse em falar.

Na análise de conteúdo consideramos o livro *Por Terra e Território: os caminhos da revolução dos povos no brasil* como um documento de análise em que buscamos identificar quais elementos presentes podem ser considerados como repertórios de ação coletiva. O livro é uma tese política que sistematiza

⁷ Morador do Assentamento Terra Vista em Arataca (BA), Joelson Ferreira nasceu no dia 28 de agosto de 1961, em Nova Alegria, e cresceu na zona rural de Guaratinga (BA).

algumas reflexões, que pretendem auxiliar movimentos sociais, territórios e organizações políticas, mesclando o relato de experiências da Teia dos Povos e a proposta de caminhos a serem percorridos, com base na ideia nodal de soberanias: hídrica, alimentar, de trabalho e renda, pedagógica e energética. É o acúmulo de ideias de Joelson, que poderíamos chamar de um intelectual orgânico e fundador da Teia dos Povos da Bahia.⁸ Como é relatado no livro, com 19 anos foi para São Paulo, onde se envolveu na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesse contexto, teve sua formação política. Quando retornou à Bahia, em 1988, conheceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e participou de sua primeira ocupação de terra. No MST atuou como dirigente estadual e nacional (2004-5), aproximando-se da agroecologia e se tornando um mestre dos saberes tradicionais dos povos. No Assentamento Terra Vista, localizado em Arataca na Bahia, foi onde colocou suas ideias de transição agroecológica em prática, mudando as formas de reprodução da vida e de renda no local (Ferreira; Felício, 2021, p. 22).

Para compor este estudo, solicitamos a autorização de Alass Derivas (@derivajornalismo), para utilizar as fotografias feitas por ele no evento, documentadas no Instagram e site da Teia dos Povos. Destacamos a relevância de suas fotografias para esse artigo, pois Alass vem acompanhando diversos movimentos sociais.⁹ Em seu site, Deriva Jornalismo, expõe que começou sua atuação na cobertura de protestos registrando os atos das Jornadas de Junho de 2013 em Porto Alegre. Desde então, segue fazendo registros fotográficos, vídeos e textos de diversas ações coletivas.¹⁰ Compreendemos a fotografia como um recurso que amplia o horizonte para a pesquisa social, de modo mais sensível e com um discurso mais próximo dos universos empíricos estudados, permitindo mudar o foco – do verbo para o comportamento, o corpo, os gestos

⁸ Para Gramsci (1989), os intelectuais orgânicos são lideranças de movimentos sociais que possuem pertencimento à classe de forma orgânica. Cada classe/campo possui seus intelectuais com funções especializadas.

⁹Frente Quilombola, CIMI, Amigos da Terra Brasil, Movimento Nacional da População de Rua, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

¹⁰ Como, por exemplo, as [queimadas em territórios indígenas na Amazônia](#), a [Marcha das Mulheres Indígenas, em 2019, em Brasília](#) e a ação coletiva de Um ano de luta e luto após o rompimento da barragem do Fundão em Mariana (MG). In: <https://derivajornalismo.com.br/quem-sou-eu/>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

–, os detalhes sobre os quais nem sempre é possível falar. A fotografia permite melhor perceber as entrelinhas e os subentendidos, pelo sentido de realidade que proporcionam e por sua capacidade representativa. Por isso, demonstram a insuficiência da palavra como documento da consciência social e como matéria-prima do conhecimento. Entendemos que as “imagens contribuem, como o nome já diz, para a imagem que se terá daquele povo” (Novaes, 2021, p.7); nesse sentido, as fotografias que aqui constam buscam evidenciar a imagem dos sujeitos que compõem a Teia dos Povos e dos que estiveram presentes durante a Jornada de Agroecologia do RS.

Terra e Território

“Voltar à Terra, para semear e florescer territórios e comunidades, é nossa única alternativa frente a tamanha destruição”

Joelson Ferreira¹¹

Entrevistamos Joelson na manhã do segundo e último dia da Jornada de Agroecologia dos Povos em Luta do RS, em meio aos sons dos cantos e dos maracás Guaranis, enquanto as pessoas que participaram do evento faziam uma grande roda de confraternização, todos de mãos dadas, como na primeira fotografia abaixo. Tivemos dúvidas sobre se o celular conseguia captar bem a voz de Joelson, em razão dos sons altos e barulhos externos da música, da roda, das conversas, risos e gritos das crianças que brincavam com um pebolim em uma sala ao lado. Sentamo-nos em torno de uma mesa da escola, em uma área coberta onde conversamos observando de longe a roda de pessoas. Começamos a conversa nos apresentando e relembrando um trecho da fala de Joelson, na abertura do evento no dia anterior, que nos despertou a curiosidade: “os ancestrais estão chamando para fazer uma vingança de amor, não de ódio, para tomar e cuidar da terra,¹² semeá-la, construindo uma espiritualidade para fugir da doença do capitalismo.”¹³ Antes dessa fala,

¹¹ <https://teiadospovos.org/muito-alem-de-um-livro-por-terra-e-territorio-os-caminhos-da-revolucao-dos-povos-no-brasil/>.

¹² Indicamos que Terra em maiúsculo significa o planeta Terra e terra em minúsculo refere-se ao solo.

¹³ Os trechos entre aspas neste capítulo referem-se à transcrição da entrevista.

Joelson distribuía algumas sementes de arroz que levou do Rio Grande do Sul para a Bahia anos atrás e que se multiplicaram. Como um ritual simbólico para agradecer e selar uma aliança de paz entre os povos, ele deu as sementes nas mãos das pessoas pretas e indígenas que estavam lá, evidenciando a importância da semente. Em seguida, o cacique da Aldeia Guarani retribuiu o gesto oferecendo sementes de milho, como mostra a quarta foto a seguir:



Fotografia: Alass Derivas, 2022.

Inicialmente Joelson contou um pouco de sua trajetória, disse que está há 22 anos buscando a transição agroecológica, é assentado há 30 anos no assentamento Terra Vista, do MST, onde, há 10 anos, foi fundada a Teia dos Povos. Perguntamos com qual objetivo a Teia foi criada e relatou que a primeira inspiração surgiu durante a Jornada de Agroecologia do Paraná, mas que não havia clareza sobre o que queriam, aos poucos aprofundaram a discussão “entendendo que era preciso construir uma articulação nacional” para falar de agroecologia em uma perspectiva revolucionária e de transformação. Apontou que, sem essa perspectiva, a agroecologia é uma moda, suscitando “que ela tem de ser uma força contra-hegemônica ao capital”. Apontou que a Teia foi criada com o objetivo de “ir levando a mensagem e cooperando com as pessoas que estão dentro dessa agroecologia que se encontra ainda no princípio” e, dessa forma, alcançar a força de

transformação contra-hegemônica que possui enquanto um modo de vida que não se reduz somente a plantar e comer. Assim, identificamos que a Teia dos Povos foi fundada durante a primeira Jornada de Agroecologia na Bahia, no Assentamento Terra Vista, onde esteve presente Ana Primavesi.¹⁴ A ideia surgiu dos grupos que estavam presentes no encontro, “lá nós tínhamos a articulação dos povos indígenas, Tupinambá, Pataxó Hā-Hā-Hāe, povo quilombola, assentamentos de reforma agrária, estudantes, professores.”. Posteriormente foi criada uma marca para comercialização dos produtos produzidos nos territórios que participam da Teia, com o intuito de criar referências em cada estado, caracterizadas pelo seu potencial e pelo seu produto. Joelson indicou que essa marca é o início da experiência que almejam alcançar e exemplificou que o assentamento Terra Vista é uma área de Mata Atlântica e o produto principal é o cacau, por isso produzem chocolate. “Na Chapada Diamantina tem outros produtos, café quilombola, rapadura, açúcar mascavo, uma série de produtos. Nos povos indígenas tem artesanato, tem uma série de coisas e também tem produtos perecíveis e produtos perenes”. A partir da comercialização dos produtos da Teia dos Povos buscam demonstrar que é possível construir novas experiências, “transformar nossas comunidades e ao mesmo tempo divulgar o que é bom, o que é positivo das nossas comunidades”, visando financiar a luta, gerar renda e melhorar a qualidade de vida.

Identificamos que a origem e o desenvolvimento das articulações da Teia dos Povos remonta, sobretudo, às jornadas de agroecologia realizadas ao longo de seus 10 anos de existência em diferentes territórios do Brasil. As jornadas de agroecologia reuniram diferentes grupos sociais e, a partir do resultado desses encontros, a Teia dos Povos foi criada. Agenciamentos que desaguaram em uma articulação de povos, territórios, comunidades tradicionais, trabalhadores, organizações políticas e movimentos sociais “que congregam sem-terrás, sem-tetos, pescadoras e pescadores, quilombolistas de periferia, quilombolas, povo de fundo e fecho de pasto, extrativistas, povos

¹⁴ Engenheira agrônoma e professora da Universidade de Santa Maria que estudou sobre manejo ecológico do solo, considerado a base da agroecologia. In: <https://www.unicamp.br/unicamp/radio/reporter-unicamp/2021/10/01/ana-primavesi-um-legado-da-agroecologia-para-unicamp>. Acesso em: 10/08/2020.

originários como Tupinambá, Pataxó, Pataxó Hā-hā-hāe e Payayá”. Além disso, também fazem parte da Teia “coletivos, grupos de estudo e sujeitos em luta, embora desterritorializados” (Ferreira; Felício, 2021, p. 23.) A construção de redes ligando estes diversos sujeitos é um dos objetivos fundamentais da Teia, pois é em meio a essas relações e agenciamentos que se formulam os repertórios de ações coletivas.

A forma de organização deste movimento social tem como base o território. Por isso, possui como princípio a territorialização – quem está territorializado pode construir um núcleo de base da Teia dos Povos. Os núcleos de base são formados por territórios organizados e por quem está territorializado. Segundo Joelson, “se tem uma base territorial você tem poder, quem tem terra, território, tem poder.”. Por isso, é dos núcleos que emergem as diretrizes da ação. Os coletivos, organizações e aqueles que estão desterritorializados podem se transformar em elos, fazendo ligações com os núcleos, porém, não pautam a organização da luta, pois sua principal tarefa é territorializar-se. A relevância dos elos está em cumprir tarefas que dependem da sua participação para serem realizadas. No desenrolar dos processos, os elos “também podem criar núcleo e se territorializar”, caso possuam tarefas que justifiquem a sua transformação de elo em núcleo. Para Joelson, cada território amplia o seu poder ao estabelecer comunicação com outros territórios que existem no Brasil, formando a rede que é a Teia dos Povos. Os elos têm o papel de fortalecer e ajudar nisso, mas é somente do território que emergem as lideranças capazes de organizar os povos.

A organização da Teia e a sua organicidade depende de divisões que são coletivos compostos por pessoas de diferentes núcleos e elos. A divisão de comunicadores da Teia dos Povos é composta por pessoas de variados núcleos e de elos com funções específicas, pessoas que estão no Brasil inteiro, cada uma fortalecendo a comunicação da Teia a partir de seus territórios e possibilidades de atuação. A divisão de comunicação busca difundir os pensamentos, registrar memórias e dialogar com outros movimentos que não estão próximos. Durante a entrevista, Joelson exemplificou o que são os elos, citando um grupo de estudantes universitários que quer fortalecer os núcleos da Teia. Disse que cada elo tem uma especificidade, podendo ajudar de

distintas formas e ter uma diversidade de funções. Além disso, comentou que este modelo de organização precisa ir se descentralizando por meio de regionais que possam se reunir com os territórios próximos. Nesse sentido, destacou as relações de aliança que se estabelecem por meio dos elos da Teia e que possibilitam “apoiar as lutas, cumprir tarefas específicas e fortalecer as lutas pelos territórios. Não há luta que prescinde de ajuda. Ninguém é tão autossuficiente em sua luta a ponto de não ter que contar com alianças e militância que se engaje na sua obra” (Ferreira; Felício, 2021, p. 36).

A retórica do entrevistado enfatizou a tentativa de estabelecer a Teia dos Povos como uma organização em que o exercício do poder seja descentralizado, buscando assentar-se a partir de núcleos de base, elos e divisões. Sobre isso Joelson comentou, “nós temos o poder que nasce da base, porque a nossa proposta é que esse processo, essa revolução, nasça da base, ela tem a base concreta, ela tem o território”. Seria a partir disso que se alcançaria a força e a capacidade de autonomia, “com os seus acertos, com suas construções, fortalecer outras autonomias que estão ainda enfraquecidas”, dando a entender que a Teia dos Povos é um movimento social autonomista que possui o princípio de que o “poder tá no território, tá na base. Então por isso a descentralização dá o entendimento do que é poder”. À propósito, Joelson criticou que as organizações centralizadas por pessoas não funcionam porque são burocráticas e burocratizam, tornando-se, muitas vezes, produtivistas e economicistas.

“Nós queremos uma estruturação que o poder venha e nasça do povo. E onde tá o povo? Tá na base. Nós podemos ter um território urbano quanto rural como ter um território quilombola, indígena. Então pra nós lá é que é o poder. Lá onde nasce o poder, a fortaleza. Nós estamos buscando essa reestruturação do pensamento de uma esquerda com fortaleza na base, e não fortaleza no discurso, e nem fortaleza na centralidade, porque nós estamos vendo que esses esquemas já fracassaram. Então nós precisamos construir algo novo, que tenha poder na base, que nós fala com a base, que nós discutimos na base, que nós projeta nossas autonomias na base. Sem território e sem comunidade não tem poder. Nós temos que renascer com uma nova reformulação do poder. E nós vamos ter que lutar pra construir o poder e não é pra tomar o poder.”

O princípio da Teia dos Povos é a luta por terra e território e o seu objetivo é construir uma articulação dos povos que possa se expandir pelo Brasil. Segundo Joelson, os povos indígenas estão há muito tempo nessa luta

por sobrevivência e resistência; e um pouco sozinhos, por isso, é necessário fazer uma grande aliança indígena, negra e popular. Assim, “a Teia é ainda uma articulação com o objetivo de construir essa grande aliança” – expôs que são os primeiros passos em direção à construção de uma unidade dos povos e que é um longo caminho para tecê-la, pois “uma teia significa tecer uma rede muito grande.” O livro escrito durante a pandemia por Joelson Ferreira e Erahsto Felicio, *Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*, é uma tentativa de auxiliar esse processo. Segundo os autores, é direcionado a dois destinatários distintos: aqueles que entendem a importância de retomar a terra, estão engajados na Teia dos Povos e na construção de redes para o enfrentamento dos latifúndios, e para as pessoas de luta que estão desorganizadas e de organizações de esquerda que acreditam que é necessário aperfeiçoar este campo político em crise e que enfrenta dificuldades no cenário de aprofundamento das desigualdades sociais.

Na entrevista, Joelson disse que o conteúdo do livro busca indicar algumas pistas para a construção do caminho, são ideias que não estão fechadas e terminadas. Apontou que existe a “mania de querer mudar o mundo, sem se mudar” e que a transformação do mundo passa pela transformação interna do indivíduo, criticando a ideia de transformar algo externo, pois o ponto fundamental é a transformação de si e da dinâmica dos próprios territórios. Por isso, indicou que o caminho não se refere a “botar o fardo do mundo nas suas costas e achar que você pode transformar os outros, seja agente da transformação que você quer do mundo e você vê que tudo de bom que você quer para o mundo você vai querer pra você.” O entrevistado comentou que nos territórios da Teia dos Povos ocorrem mudanças práticas que constroem modos de vida pautados por uma convivência pacífica com a terra e a natureza. No fim de nossa conversa, Joelson relatou que no Assentamento Terra Vista, na Bahia (913 hectares, dos quais 300 hectares são Mata Atlântica preservada, onde vivem 55 famílias), foram recuperadas 80% das nascentes e 92% da mata ciliar do rio, o analfabetismo e a fome foram eliminados e há 20 anos ninguém caça. Atualmente estão promovendo processos de inclusão produtiva para dotar de autonomia as mulheres através do trabalho com plantas medicinais e óleos essenciais; e envolvendo a

juventude no trabalho com o cacau e o chocolate, para evitar que deixem o assentamento.

“Nós tem muito essa mania de querer ser salvador do mundo, o salvador do povo é o próprio povo, quem vai salvar a terra é a própria terra, porque se nós continuar com essa ação predatória, essa ação capitalista, a terra vai nos expulsar, vai demorar 100 anos, mil anos sem nós, mas ela vai se regenerar, a terra é um processo regenerativo, nós que é um processo dominador. Essa relação de dominação pode destruir a gente, não o planeta terra. Então nós temos que ter bastante consciência disso. Nós tamo falando que as cidades vão ruir, as pessoas não estão acreditando, vai ruir. Qualquer momento desses que tiver um problema energético, a sociedade tá perdida que não aguenta ficar dois minutos sem um celular, sem internet. Nós somos comandado por um grande processo de poder de dominação e a terra não é isso. A terra é uma relação que nós temos que construir com a nossa mãe, pra ela permitir a gente viver nela, ela não precisa de nós, é nós que precisa dela. Então isso precisa a gente começar a entender e assumir essa tarefa de nos mudar para uma convivência pacífica com a terra e a natureza.”¹⁵

Outros elementos presentes nos repertórios de ação coletiva da Teia dos Povos podem ser catalogados em dois grandes temas: a ancestralidade e a espiritualidade. A inovação e adaptação desses repertórios no cenário atual de conflitos indica a importância de rememorar a ancestralidade para “conhecer os nossos povos, o valor desses povos”. Recuperar o conhecimento e o valor atrelados às práticas ancestrais do povo indígena e africano é uma forma “de seguir nossa ancestralidade, pra nos conectar com nós, pra entender que existiu outros povos, que existe nossas raízes”. Dessa forma, a ancestralidade e a espiritualidade são repertórios que indicam meios de fortalecimento, para “recuperar a espiritualidade que é a força da energia do solo, do cosmos que possa possibilitar nós a se reconectar com as nossas grandes energias”. A partir desses repertórios, é possível aprofundar o sentido atribuído à terra e ao território. Joelson “entende que somos energia, nós não somos só matéria”, esse é o significado atribuído à espiritualidade, pois para ele o ser humano é “uma energia fruto da terra, fruto da natureza”.

A luta por terra e território da Teia dos Povos parte de uma perspectiva de “relação de amor, de esperança, de bondade, de cuidado e de uma relação

¹⁵ Transcrição da entrevista realizada com Joelson Ferreira de Oliveira, no dia 20 de março de 2022, na aldeia Guarani Tekoa Guaviraty Porã, em Santa Maria/RS, durante a 1ª Jornada de Agroecologia da Teias dos Povos em luta no RS: na luta pela vida contra a fome e o ecocídio.

com outros seres que vieram primeiro do que nós, de relação de amor com a terra, como mãe, como cuidadora da gente, e a gente tem que cuidar dela e ela cuida da gente". Nesse sentido, o território não é um lugar a ser apropriado para a reprodução da vida humana, mas de uma relação de cuidado que visa "entender que tem as bactérias, têm os fungos, têm a energia do sol que cai junto com as bactérias se transforma em alimentos pra floresta, pros animais, pra gente". A distinção entre o humano e o não humano não está presente nessa perspectiva, é um trabalho conjunto, através da ancestralidade e da espiritualidade, para dessa forma transformar territórios "em fortes comunidades". O território, portanto, é "um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida" (Ferreira; Felício, 2021, p. 43). Há uma transformação simbólica da terra em território mobilizada pela luta por se manter nela ou retornar a ela. A partir dessa relação, a Teia dos Povos reivindica a ocupação da terra com formas de uso e geração de renda que respeitem os ciclos da natureza, reinventando práticas, para que os territórios sejam lugares com vida, rios, matas, nascentes e animais e tudo possa ser cuidado (Ingold, 2008).

Os repertórios *terra* e *território* se relacionam diretamente às necessidades de luta pela vida e pela sobrevivência, atrelada ao território. No contexto de delimitação do marco temporal das terras indígenas,¹⁶ genocídio e constante ataque às minorias, a Teia dos Povos se propõe como uma aliança preta, indígena e popular. No prefácio do livro *Por Terra e Território*, escrito por Rosa Tremembé, lemos que a Teia é uma base de proteção coletiva "para enfrentar uma conjuntura de ataques e mortes, reunindo diferentes povos e comunidades tradicionais" (2021, p.17). Rosa salienta o quanto é grave a situação em seu estado, o Maranhão, narrando uma série de episódios de conflitos e atentados pela retomada de terras indígenas. Para ela, a articulação da Teia representa um meio de luta e de expor "que não fomos dizimados e que continuamos lutando pelo direito à territorialidade."

Por fim, consideramos que os processos de (multi)territorialização

¹⁶ A tese do marco temporal, vinculada ao [Projeto de Lei 490/07](#), prevê que só devam ser demarcadas as terras ocupadas pelos povos indígenas até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Fonte: Agência Câmara de Notícias. In: <https://www.camara.leg.br/noticias/890073-indefinicao-sobre-marco-temporal-abre-brecha-para-perseguir-liderancas-indigenas-affirmam-debatedores/>. Acesso: 10/08/2020.

presentes na vida dos sujeitos e dos grupos sociais que participam da construção da rede Teia dos Povos precisam ser compreendidos pelo potencial político implicado em muitas de suas práticas criativas, organizativas, comunicativas e inovadoras de ação coletiva. As caminhadas para as soberanias apresentadas no livro *Por Terra e Território* são instrumentos para a realização de interesses e objetivos, pertencem à dimensão cotidiana, são ações comunitárias e coletivas concretas. As caminhadas viabilizam a articulação entre os chamados passos, que são tarefas, ações e práticas, com a jornada que é o horizonte estratégico de enfrentamento aos principais adversários – o racismo, o capitalismo e o patriarcado. As ações coletivas que a Teia dos Povos desenvolveu até o presente foram direcionadas para o alcance da autonomia. Por isso, a Teia plantou florestas, recuperou nascentes, construiu soberania alimentar e ofereceu solidariedade aos movimentos ameaçados. O sentido atribuído pela Teia à autonomia é a diminuição de demandas ao Estado, aos políticos e às classes dominantes, “é ter condições de acessar bens provenientes do trabalho realizado em outros territórios, mas a partir de uma rede de atuação conjunta” (Ferreira; Felício, 2021, p. 51), por isso, para consolidá-la, é preciso alcançar as soberanias: hídrica, alimentar, trabalho e renda, pedagógica e energética.

Considerações Finais

No encerramento da Jornada, Joelson falou sobre “não colocar o peso do mundo nas costas”, indicou que a mudança estava dentro de cada um, movido por um sentimento de amor, de esperança, de alegria para transformar a tristeza e o sofrimento em uma grande festa à mãe Terra, para nos honrar e para honrar o universo, unindo todos os povos no trabalho de libertação que ocorre ao se despir das dores do mundo e ao se desvencilhar dos modos de existência capitalistas. Por isso, compreendemos que os repertórios da Teia dos Povos possuem reivindicações que não se direcionam ao externo, ao Estado e à mudança do mundo, mas sim à mudança através do indivíduo, das práticas e dos estilos de vida e existência. Assim, indicamos que as experiências mobilizadas pela Teia dos Povos, como meios de resistência, produzem sentidos e usos, que são acionados através das *performances*

ancestralidade e espiritualidade, e que promovem uma mudança nos repertórios de ação coletiva ao visar o vínculo e o cuidado com a Terra e o território.

Ao considerar o livro *Por Terra e Território* como um documento de análise, buscamos identificar quais elementos presentes no livro são repertórios de ação coletiva. No processo, entendemos que o uso dos repertórios *terra* e *território* promovem o vínculo e o cuidado com a Terra através da agroecologia, elencada como uma das práticas políticas presentes nos repertórios e como uma forma de caminhar em direção à soberania alimentar. Compreende-se que as caminhadas, as ações comunitárias e coletivas concretas, para alcançar as diversas soberanias e autonomias, são práticas resilientes, intimamente ligadas à garantia do território e da territorialidade. A Teia dos Povos reivindica que a capacidade de resistência dos povos do Brasil depende da sua unidade para construir ações coletivas que garantam o território, em consequência, a sobrevivência, pois a Terra é a vida em si.

Compreendemos que os repertórios de ação coletiva da Teia dos Povos, identificados como terra e território, se caracterizam por traçarem uma crítica à separação entre o humano e do não humano, incidindo noções de que o conhecimento e a percepção de mundo estão intrinsecamente associados ao território e a experiência vivida no espaço. Elencamos a ancestralidade e a espiritualidade como variações de repertórios que sobreviveram aos testes de experiências dos sujeitos, com usos e adaptações ao contexto atual. Sobretudo, como *performances* e práticas de descolonização epistêmica, conforme apontado por Pimentel e Menezes (2022), que indicam as orientações para reconstruir o mundo baseado nos princípios e valores das suas ancestralidades e espiritualidades.

Referências

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>

ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca, BA: Teia dos Povos, 2021.

INGOLD, Tim. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. **Ponto Urbe**, n. 3, 2008. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1925>

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

NOVAES, Silvia C. Por uma sensibilização do olhar - sobre a importância da fotografia na formação do antropólogo. **GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia**, v. 6, n.1, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2021.179923>

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PIMENTEL, Spensy K. Teia dos Povos: estratégias cosmopolíticas agroecológicas na formação de uma rede de autonomias no sul da Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 66, e204551, 2023. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.204551>

PIMENTEL, Spensy K.; MENEZES, Paulo D.R. A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, e00941, 2022. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200094r1vu2022L1AO>

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley, 1978. Disponível em: <<https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/From-Mobilization-to-Revolution-by-Charles-Tilly-1.pdf>>. Acesso em: 3 agosto 2022.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995, pp. 15-42. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375137/mod_resource/content/1/Tilly_C_Contentious_Repertoires_in_Great_Britain.pdf>. Acesso em: 1 agosto 2022.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, Charles. **Identities, boundaries & social ties**. Londres: Paradigm Publishers, 2005.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.